

Práticas integrativas e complementares: prevenção e tratamento na atenção básica de saúde

Valdete Pereira Melo¹
Joseli Pereira Barboza²
Tamires Marques Dantas³
Vanessa de Melo Cavalcanti Dantas⁴
Francielly Negreiros de Araújo⁵
Aleson Pereira de Sousa⁶

RESUMO: Introdução: As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos subjetivos e tradicionais, a fim de prevenir e tratar várias patologias, podem ser implantadas em tratamentos paliativos de doenças crônicas. **Objetivo:** O objetivo central deste estudo foi descrever os efeitos benéficos da utilização das práticas integrativas e complementares como forma de prevenção e tratamento na atenção básica de saúde. **Métodos:** O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva de caráter exploratório dedutivo, realizada por meio da seleção de estudos na área e interpretação das informações, utilizando como instrumentos para coleta de dados as referências eletrônicas SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde), PubMed, onde foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DECS): práticas integrativas, práticas complementares, prevenção, tratamento e atenção básica de saúde. **Resultados e Discussão:** As PICs podem e devem ser implementadas na atenção básica de saúde, para ampliação do leque terapêutico, visando a capacitação dos profissionais que matriciem as equipes, contribuindo para sua educação permanente e qualificação de suas ações. Portanto, destaca-se a importância da conscientização e capacitação dos profissionais de saúde, evidenciando a necessidade de novos estudos e pesquisas que empreguem a aplicação das técnicas, estimulando desse modo a implementação das metodologias. **Considerações Finais:** A utilização das PICs torna-se uma opção em contrapartida ao incansável método de medicalização, voltada a um cuidado mais integral e complementar, diminuindo o isolamento social.

Palavras-chaves: Práticas integrativas. Práticas complementares. Tratamento. Atenção básica de saúde.

ABSTRACT: Introduction: The Integrative and Complementary Practices (PICs) use therapeutic resources based on subjective and traditional knowledge, in order to prevent and treat various pathologies, can be implemented in palliative treatments of chronic diseases. **Aims:** The main objective of this study was to describe the beneficial effects of the use of integrative and complementary practices as a form of prevention and treatment in primary

¹ Especialista em Saúde Pública pelas Faculdade Integradas de Patos – FIP (2019). Bacharel em Fisioterapia - FIP (2018)

² Bacharel em Enfermagem pela FIS - Faculdade de Integração do Sertão (2013)

³ Especialista em Saúde Pública pelas Faculdade Integradas de Patos – FIP (2019). Bacharel em Enfermagem - FIP (2017)

⁴ Doutoranda do programa Biociências e Biotecnologia em Saúde, Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz - Pernambuco. Mestre em Biologia Celular e Molecular pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2017). Biomédica pela Faculdade Santa Emília de Rodat - FASER (2014).

⁵ Co-orientadora: Doutoranda do programa de pós-graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Biologia Celular e Molecular - UFPB (2017). Bióloga pela Universidade Federal de Campina Grande (2014).

⁶ Orientador: Doutorando do programa de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica de Medicamentos pela UFPB. Mestre em Biologia Celular e Molecular pela UFPB (2017). Especialista em Citologia Clínica - FIP (2014). Biomédico - FIP (2012). E-mail: aleson.pereira.sousa@gmail.com

health care. **Methods:** The present work is a descriptive exploratory bibliographic review of deductive exploratory character, carried out through the selection of studies in the area and interpretation of the information, using as electronic data collection instruments SciELO (Scientific Electronic Library Online), VHL Brazil (Virtual Health Library), PubMed, where the Health Science Descriptors (DECS) were used: integrative practices, complementary practices, prevention, treatment and primary health care. **Results and Discussion:** PICs can and should be implemented in primary health care, to broaden the therapeutic range, aiming at the qualification of professionals who enroll the teams, contributing to their permanent education and qualification of their actions. Therefore, the importance of awareness and training of health professionals is highlighted, highlighting the need for further studies and research that employ the application of techniques, thereby stimulating the implementation of methodologies. **Final Considerations:** The use of ICPs becomes an option in return for the relentless method of medicalization, aimed at more comprehensive and complementary care, reducing social isolation.

Keywords: Integrative practices. Complementary practices. Treatment. Primary health care.

1. Introdução

O aumento da população e da expectativa de vida influenciam diretamente na necessidade de ampliação das possibilidades de tratamentos e especialidades da saúde, as quais atualmente tem apresentado um desenvolvimento rápido e eficaz, tornando-se ao positivo mas que necessita de atenção, principalmente devido à implicação nas relações de comunicação e ação em conjunto dos novos dispositivos e das novas informações que estas produzem (MIRANDA, 2016).

Portanto, o principal desafio da formação dos profissionais de saúde encontra-se na diversidade e multiplicidade de serviços ofertados para idealizar projetos de ações integrada, que colaborem para a interação de conhecimentos diversificados, visando uma maior funcionalidade para os serviços de saúde. As pesquisas vêm demonstrando a importância da subjetividade nos tratamentos e cuidados da saúde, apontando a pluralidade como alternativa mais abrangente do ser humano (PAUL, 2013).

Com base nessas informações iniciou-se a implementação das chamadas Práticas Integrativas e Complementares (PICs) que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos subjetivos e tradicionais a fim de prevenir e tratar várias patologias, desde a depressão até doenças crônicas sistêmicas como a hipertensão, apresentando um grande potencial para implantação em tratamentos paliativos de doenças crônicas (BRASIL, 2006).

As medicinas tradicionais e complementares ou práticas integrativas, foram regularizadas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), legalizada através da Portaria GM/MS nº 971 no ano de 2006. Essa política abrange princípios e diretrizes para os serviços ofertados como acupuntura, tratamento com plantas medicinais, fitoterapia e homeopatia, além de abranger laboratórios de medicina antroposófica e crenoterapia (DEUS, 2016).

Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece de forma integral e gratuita vários procedimentos de PICS à população. Os atendimentos começam na Atenção Básica que é considerada a principal porta de entrada para o SUS. Os trabalhos científicos realizados nos últimos anos têm evidenciado os benefícios da utilização do tratamento integral que une a medicina convencional e as práticas integrativas e complementares. Afora isso, o número de profissionais capacitados no ramo tem crescido bastante e os conhecimentos tradicionais estão recebendo maior valorização, considerando que é de onde se extrai grande parte das informações empregadas nessas práticas (TELESI JUNIOR, 2016).

A política nacional das PICs foi expandida em 14 novas práticas a partir de março de 2017, com a publicação da Portaria GM/MS nº 849/2017 as seguintes terapias foram adicionadas: a arteterapia, a biodança, a dança circular, a meditação, osteopatia, quiropraxia, musicoterapia, reflexoterapia, a shantala, a terapia comunitária integrativa e a yoga, o que totalizam 19 práticas desde essa mudança. Tais práticas ampliam as abordagens de cuidado e as possibilidades de tratamento para os pacientes, possibilitando uma maior integralidade e efetividade da assistência na atenção à saúde (BRASIL, 2018).

A utilização das práticas complementares de assistência descritas no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é pouco discutida ou implantada nos serviços, devido a carência de estudos que as evidenciem, principalmente quando se averigua a eficácia de sua implementação na política nacional de um país como o Brasil, o qual apresenta uma população complexa que tem congregado recursos tecnológicos cada vez mais refinados e onerosos (TELESI JUNIOR, 2016).

Nesse contexto, observa-se a necessidade de se realizar pesquisas que demonstrem a utilização de tais práticas, bem como sua eficácia na assistência aos usuários. Trata-se, portanto, de demonstrar que essas terapias alternativas existem e são relevantes a terapêutica de certos pacientes se tornando parte de um processo inovador e implantado a partir de um novo modelo de promoção da saúde voltado cada vez mais ao cuidado do usuário em sua totalidade.

O objetivo principal do presente estudo foi descrever os efeitos benéficos da utilização das práticas integrativas e complementares como forma de prevenção e tratamento na atenção básica de saúde, bem como a importância de sua implementação.

2. Métodos

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva de caráter exploratório dedutivo, realizada por meio da seleção de estudos na área e interpretação das informações, utilizando como instrumentos para coleta de dados as referências eletrônicas SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed, afim de selecionar publicações nacionais, dentre os anos de 2015 a 2019, para isso serão utilizados os descritores: práticas integrativas, práticas complementares, prevenção e tratamento e atenção básica de saúde.

Após realização da busca e leitura dos artigos, os mesmos foram organizados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: terem sido publicados entre o período de 2015 e 2019; serem estudos observacionais ou aplicados e de campo; serem estudos nacionais e terem em seus objetivos a problemática ou tema condizente ao proposto no presente estudo, foram excluídos artigos que não apresentaram a versão completa para leitura, publicados em língua estrangeira e os trabalhos publicados fora do período proposto.

3. Resultados e Discussão

O aumento da demanda no ramo da saúde ocasionado, principalmente, por doenças crônicas, o alto custo dos serviços de saúde, descontentamento com os serviços de saúde vigentes, tem elevado o interesse por uma assistência holística e preventiva aos agravos e as terapêuticas que ofertem qualidade de vida aos indivíduos, promovendo a procura de outras maneiras de efetivar o cuidado (SANTANA, 2016). As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) surgiram, portanto, como alternativa de transformação de paradigma nos tratamentos e reabilitações dos processos saúde/doença que antes tinha o foco voltado ao cuidado da patologia.

As PICs perpassam várias questões e envolve não só o estilo de vida do sujeito, mas o seu relacionamento com sua vida social e familiar, assim como sua admissão no emprego e todo sua situação sociocultural, avocando um papel essencial para sua autodescoberta, pois considera o “homem” como um ser integralmente contribuinte de suas condições e suas

intervenções são direcionados para a recuperação do equilíbrio mente-corpo-espírito para a restauração da saúde e qualidade de vida perdida com a patologia (CARVALHO, 2017).

Segundo o site do Ministério da Saúde (2019), dos 9.350 estabelecimentos de saúde do país cerca de 56% oferecem atendimentos individuais e coletivos em Práticas integrativas e Complementares, estando as metodologias presentes em quase 54% dos municípios brasileiros. Das ofertas de PICs no país, 78% estão presentes no nível de complexidade da atenção básica (BRASIL, 2019).

Ainda no site do Ministério da Saúde, foi noticiado em 2018 a incorporação de 10 novas PICs, chegando as 29 práticas disponíveis. Nesse ano, as práticas incluídas foram: apiterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais (BRASIL, 2018).

O estudo de Galvanese, Barros e d'Oliveira (2017) buscou evidenciar as contribuições e desafios das práticas corporais e meditativas à promoção da saúde na rede pública de atenção primária do município de São Paulo. A pesquisa ocorreu em 16 unidades de saúde, onde realizou-se uma entrevista com profissionais e usuários de 31 práticas entre elas o Tai Chi, Lian Gong, Qi Gong, Yoga, Capoeira, Danças, Meditação, Relaxamento, Consciência e Percepção Corporal. O maior número amostral foi composto por mulheres maiores de 40 anos e os motivos para a prática foram os mais diversos como dores articulares, limitações de mobilidade, dificuldades de equilíbrio, problemas de memória, tristeza, solidão, insônia, ansiedade, depressão e indicação das práticas por profissionais de saúde, para o controle de doenças e agravos não transmissíveis. Os autores observaram a melhora de dores articulares, mobilidade, equilíbrio, memória, depressão e ansiedade, e maior facilidade ao lidar com condições crônicas. Associando a melhora com o favorecimento da autonomia dos praticantes, à união entre promoção e cuidado terapêutico nas abordagens e ao apoio ao acesso a bens culturais e espaços de cidadania.

O estudo analítico de base bibliográfica e documental de Tesser, Sousa e Nascimento (2018) observou as informações sobre as PICs na atenção primária entre 2008 e 2017, os autores verificaram que os profissionais da estratégia de saúde da família são os protagonistas das PICs no Sistema Único de Saúde, o que indica que essas técnicas podem estar apresentando resultados positivos na assistência. Os autores ainda relataram que as PICs podem ser inseridas na atenção básica de saúde para ampliação do leque terapêutico, visando a capacitação dos profissionais que matriciam as equipes, contribuindo para sua educação permanente e qualificação de suas ações.

Acerca da educação permanente, Moré (2016) em sua tese demonstrou a educação permanente em acupuntura através de uma análise de um processo educativo e suas repercussões na prática de médicos da atenção primária à saúde, o estudo envolveu a construção de uma atividade de ensino debatida por 13 especialistas em ensino de acupuntura durante três oficinas de consenso. Segundo os autores, a repercussão do ensino da acupuntura na prática de médicos da APS está diretamente relacionada à ampliação do olhar sobre o processo saúde-doença, no aumento dos recursos terapêuticos e no desenvolvimento de uma postura reflexiva sobre o uso de saberes médicos e biomédicos tradicionais aplicados nos cuidados à saúde.

As PICs, de acordo com a sua Política, são fundamentadas nos princípios institucionalizados da saúde que são a integralidade e a universalidade, o que permite o ingresso as práticas que antes só seriam possíveis na rede privada, dessa forma as técnicas podem e devem ser implementadas em qualquer nível do Sistema Único de Saúde em todo o país, porém, a falta de informações sobre estas dificultam sua implementação nos estabelecimentos de saúde, principalmente os da atenção básica que estão em maior contato com a população em geral.

4. Considerações Finais

A partir das informações analisadas foi possível perceber a escassez de estudos relacionados às Práticas Integrativas e Complementares, o que pode estar relacionado a falta de instruções dos profissionais e da população acerca dessa metodologia de assistência, sendo muito comum a utilização de algumas das técnicas sem o conhecimento de que fazem parte de um rol de práticas integrativas apoiadas por uma política de saúde no país, tudo isso dificulta que os efeitos dessas técnicas e a utilização na atenção básica seja evidenciada.

Os estudos de campo aplicados, utilizando as PICs apresentaram resultados positivos tanto em sua aplicação para assistência, na prevenção e tratamentos de patologias e agravos, quanto em sua utilização como forma de educação permanente, expandido o olhar médico sobre as metodologias de tratamentos utilizadas. As poucas evidências das várias técnicas implementadas pela política no país dar-se, justamente, pelo não conhecimento por parte dos profissionais e da própria comunidade acerca da variedade de técnicas alternativas que a política das PICs oferece. Portanto, esse estudo destaca a necessidade de conscientização e capacitação dos profissionais de saúde, evidenciando a necessidade de novos estudos e pesquisas que empreguem a aplicação das técnicas, estimulando desse modo a implementação

das metodologias. A utilização das PICs torna-se uma opção em contrapartida ao incansável método de medicalização, voltada a um cuidado mais integral e complementar, diminuindo o isolamento social.

5. Referências

ANDRADE, J.T.; DA COSTA, L.F.A. Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da antropologia médica. **Saúde & Sociedade**; vol. 19, n. 3, p. 497-508, 2010.

BYINGTON, C. **Dimensões simbólicas da personalidade**. São Paulo: Ática, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. 180 p.– Brasília: **Ministério da Saúde**, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Ministério da Saúde inclui 10 novas práticas integrativas no SUS. Internet, 2018. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42737-ministerio-da-saude-inclui-10-novas-praticas-integrativas-no-sus>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde de A à Z: Práticas Integrativas e Complementares. 2017. Disponível em: <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares>> . Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Ministerial GM nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n.84, Seção 1, p. 20-25, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria MS/GM n. 2.488, de 21 de outubro de 2011, atualiza a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2011

CARVALHO, J. L. S.; NOBREGA, M. P. S. S. Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 2017-0014, 2017.

DEUS, R. L. Trabalhadores da Atenção Primária à Saúde e as Práticas Integrativas e Complementares – do uso à indicação. 170 f. Dissertação (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Juiz de Fora, **Faculdade de Medicina**, Juiz de Fora – MG, 2016.

GALVANESE, Ana Tereza Costa; BARROS, Nelson Filice de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Contribuições e desafios das práticas corporais e meditativas à promoção da saúde na rede pública de atenção primária do Município de São Paulo, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 33, n. 12, 2017.

LIMA, K. M. S. V.; SILVA, K. L.; TESSER, C. D. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 261-272, 2014.

MIORIM, R. Aprender com o corpo: estabelecendo relações entre a psicologia analítica e as técnicas corporais taoístas. 151 f. Dissertação (mestrado) apresentada no Instituto de Psicologia – **Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2006.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016.

OTANI, M. A. P.; BARROS, N. F. A Medicina Integrativa e a construção de um novo modelo na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1801-1811, 2011.

PAUL, P. **Saúde e transdisciplinaridade**. São Paulo: Edusp, 2013.

REQUENA, Y. **Acupuntura e psicologia**. São Paulo: Andrei, 1990.

SANTANA, C. P. V.; NASCIMENTO, A. **Práticas Integrativas e complementares: cuidado integral dentro da atenção psicossocial através de práticas corporais**. Bahia, 2016.

SANTOS, M. C; TESSER, C. D. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.11, p. 3011-3024, 2012.

TELESI-JUNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estud**, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016.

TESSER, C. D.; DE SOUSA, I. M. C. Atenção Primária, Atenção Psicossocial, Práticas Integrativas e Complementares e suas afinidades eletivas. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 336-350, 2012.

TESSER, C. D. Práticas complementares, racionalidades médicas e promoção da saúde: contribuições poucos exploradas. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 25, n. 8, p.1732-1742, 2009.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. **Saúde debate**, v. 42, p. 174-188, 2018.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Avaliação da promoção da saúde: recomendações aos formuladores de políticas. Copenhague: **Grupo de Trabalho da OMS**. Europa sobre Avaliação da Promoção da Saúde; 1998.